

APRESENTAÇÃO

Este é um pequeno **histórico-resumo** sobre etnografia. Sou uma arquiteta, e não uma antropóloga, portanto não tenho autoridade acadêmica para falar do assunto. O que trago neste texto é uma breve introdução ao tema, produzido a partir do que aprendi em disciplinas dos programas de pós graduação em Antropologia/Sociologia (PPGAS e PPGSA, ambos da UFRJ), durante meu doutorado.

Para contextualizar, esclareço que usei a etnografia na minha pesquisa como forma de compreender os aspectos culturais no uso dado aos ambientes. No grupo ASC (Arquitetura, Subjetividade e Cultura), estamos construindo algo que denominamos *etnotopografia*, que seria uma “etnografia espacial”, possibilitando “ler” o ambiente usando as “pistas” culturais que os usuários inscrevem nele. Por meio dessa leitura, é possível também buscar uma avaliação de desempenho do ambiente construído de maneira mais sensível e mais qualitativa. A “etnografia espacial” pode ser usada, assim, como mais uma ferramenta de avaliação.

Alice Brasileiro
alicebrasileiro@ufrj.br

CAMINHOS ETNOGRÁFICOS...

O início do estudo da antropologia está relacionado ao colonialismo, ao movimento de expansão de fronteiras das nações. Foi assim que fomos conhecendo tribos distantes da Austrália, povoados da Índia, da África... À medida que as nações poderosas expandiam seus domínios, a antropologia também ia se ampliando, trazendo conhecimento sobre povos distantes. Mesmo durante o século XX, a antropologia também esteve ligada ao poder, sendo utilizada inclusive como fonte de conhecimento sobre o inimigo durante as guerras¹, por exemplo.

No entanto, de início, não era o próprio antropólogo que ia a campo fazer a observação (o antropólogo não era um etnógrafo). Os relatos a respeito de outros povos eram trazidos por missionários, viajantes, ou mesmo informantes profissionais. Os estudos eram realizados em gabinetes, bibliotecas, e eram municiados por esses relatos trazidos por outras pessoas. Frazer², por exemplo, via com verdadeiro horror a possibilidade de ir pessoalmente fazer as observações. Reza a lenda que uma vez indagado sobre isso, ele teria respondido: “Deus me livre!”. Assim, os antropólogos dependiam de outras fontes de informação, trazidas por terceiros. Na final do século XIX, no entanto, alguns estudiosos começaram a suspeitar da qualidade das informações que chegavam das terras distantes. A informação passava antes pelos ouvidos e olhos de outra pessoa, e não havia a garantia de que fosse isenta de julgamentos prévios por parte de seus transmissores. Edward Tylor, Marcel Mauss e Franz Boas, embora com idéias diferentes entre si, foram indivíduos que demonstraram esse tipo de preocupação. Mauss, **apesar de ser um teórico**, ainda nos primeiros anos do século XX, já proferia palestras para o Bureau de Etnologia, na França, sobre o “ofício de Etnógrafo”, e chegou a elaborar um “manual de etnografia”. A seguir, mostramos, resumidamente, algumas das orientações propostas por Mauss:

- Os costumes são imperceptíveis, há que se distanciar da situação para poder percebê-los;
- As menções devem ser completas e precisas, em todos os particulares;
- Não deixar sua própria cultura influenciar na sua observação;

¹ Talvez o mais famoso desses exemplos seja “O Crisântemo e a Espada”, de Ruth Benedict, que foi escrito com o objetivo de trazer ao governo americano conhecimento sobre os japoneses, na época da 2ª guerra mundial.

² Sir James George Frazer [1854-1941], autor do famoso e extenso – são onze volumes – “The Golden Bough” (O Ramo de Ouro). Uma descrição sucinta não faria justiça à obra, mas resumidamente, podemos dizer que ela trata sobre magia, religião, mito, poder e a organização social em função desses conceitos.

- Não cabe intuição na etnologia; somente constatações e estatísticas;
- A observação superficial é perigosa, há que se tentar viver dentro daquela sociedade;
- Cuidado com relatos em línguas “francas”;
- Deve-se descrever tudo o que se sabe, e nada mais do que isso;
- Deve-se anotar todas as circunstâncias da observação;
- Método extensivo: pesquisa ampla e superficial; determina lugares de investigações posteriores. É necessário, mas não suficiente;
- Método intensivo é o que deve ser praticado, mas às vezes leva uma vida inteira para ser executado;
- Métodos de observação: diário de campo, inventário e descrição de uso dos objetos, o significado deles;
- Método morfológico e cartográfico: Onde? Quantos? Quantos em cada “onde”?
- Método fotográfico: sem poses, e com a indicação de circunstância, data e hora;
- Método fonográfico: gravação da voz e músicas, se possível com tradução; não basta gravar, é preciso poder repetir;
- Método filológico: transcrever todas as palavras do idioma;
- Método sociológico: a história da sociedade estudada, remontada há pelo menos 3 ou 4 gerações, pelo depoimento de anciãos. Verificar a subdivisão da sociedade em possíveis grupos;
- Somente em último lugar se utiliza a entrevista³.

(Cabe ressaltar que essas são recomendações tradicionais, consideradas clássicas na etnografia, elaboradas já há mais de um século, por um teórico; vários autores, posteriormente, questionaram diversos pontos abordados por Mauss).

Na linha da observação direta, sem depender de terceiros, Haddon foi um dos primeiros a “ir a campo”, numa expedição ao Estreito de Torres, mas foi a partir dos estudos de Franz Boas, entre os esquimós, no Ártico, e principalmente dos estudos de Bronislaw Malinowski, entre os trobriandeses, na Nova Guiné, que as mudanças na etnografia foram consolidadas. Por isso, este último, inclusive, é considerado o “pai” da etnografia, e a sua postura influenciou uma grande seqüência de etnógrafos a partir de então, pois passou-se a adotar a chamada *observação participante* e métodos intensivos de investigação, executados pelo próprio antropólogo. Este, que até então esperava receber as informações para posteriormente formular suas teorias, passou a ter a oportunidade de construir esse conhecimento de forma simultânea, abrindo infinitas possibilidades de um estudo mais enriquecido do que anteriormente. Podemos dizer que foi essa abertura que permitiu que hoje tenhamos a seguinte colocação:

Uma etnografia apresenta muitos fatos de diferentes maneiras: os fatos pelos fatos, os fatos justificando uma interpretação, a interpretação baseada em uma teoria, a teoria baseada em um fato etc. (GONÇALVES, 2000, p. 185).

Essa multiplicidade de opções só pode existir porque o antropólogo está em campo, fazendo as próprias observações, permitindo que as teorias tenham a chance de começar a se formar até mesmo antes de o trabalho de campo findar.

Dentre os vários paradigmas que Malinowski estabeleceu, está aquele em que o autor compara a sociedade a um organismo, com partes e funcionamento tais como se fosse um. Para chegar a esse entendimento, ele procurava pensar o nativo como o nativo se pensava, se colocando nas situações vividas pelo nativo. É muito especial na obra de Malinowski esse método de intensa investigação dos indivíduos. Ainda que esse autor seja criticado por algumas de suas práticas, como o fornecimento de tabaco aos nativos, e também pelas suas próprias dúvidas e incertezas, ele também trouxe para a antropologia o entendimento de que o conhecimento a respeito de outras culturas não estava pronto e elaborado, esperando para ser descoberto. **Caberia ao etnógrafo a tarefa de “juntar as peças”, descobrir o significado de eventos que a princípio não pareciam estar relacionados, mas que na**

³ Extraídos de Mauss (c1967 e 1979).

realidade, estavam. Vale ressaltar que o seu texto buscava um afastamento clássico dos fatos observados; muitos detalhes de suas expedições só vieram a público após a publicação póstuma do seu diário pessoal (escrito originalmente em polonês – os textos da etnografia ele escrevia na língua dos nativos, que havia aprendido). Esses detalhes mostraram um outro lado da produção da etnografia, com todos os percalços possíveis de uma expedição ao extremo oriente, na década de 1910, numa terra de habitantes e hábitos muito diferentes daquele que se propunha a estudá-la. Ainda assim, Malinowski foi paradigmático por muito tempo, e hoje tornou-se um clássico da antropologia.

Com o passar do tempo, desde os etnógrafos pioneiros citados, a produção das etnografias adquiriu outros contornos; durante muitas décadas, aqueles métodos iniciais foram aplicados, “canonizados”, mas também foram questionados. Ao longo do século XX, diversos estudiosos⁴ surgiram e trouxeram importantes reflexões para a antropologia, contribuindo, alguns mais do que outros, para a mudança nos contornos da disciplina. Não somente os métodos etnográficos foram questionados, mas o posicionamento do etnógrafo, de seu objeto de estudo e do próprio trabalho de campo também. Giumbelli, por exemplo, argumenta que há trabalhos em antropologia que não utilizam o trabalho de campo como prática, e isso tende a ser visto por alguns como se não fosse antropologia; no entanto, nem por isso, segundo ele,

o fato de que o trabalho de campo apareça freqüentemente como essencial à antropologia não significa que haja muita clareza a seu respeito [...]. [Há uma] constatação de que o que fazemos como pesquisadores e cientistas assenta-se em algo (a ‘magia do etnógrafo’?) que não se traduz em códigos explícitos e disciplinamento estrito (GIUMBELLI, 2002, p.93).

É como se embora houvesse a necessidade de ser feito um trabalho de campo, não se soubesse muito bem como fazê-lo. Assim, ele argumenta que não há como “enquadrar” a prática antropológica em contornos definidos e específicos. Este autor afirma ainda que ora os trabalhos caracterizam-se pelo excesso de imersão e detalhes, ora pela ausência destes, baseados na generalização e na intuição.

Porém, ratificando o caráter quase que obrigatório da observação participante na etnografia, Giumbelli (2002) também coloca que durante o estudo de uma sociedade, pode ser mais útil acompanhar as interações e os fluxos resultantes das atividades dos seus vários elementos do que analisar somente uma de suas partes. Aliás, esse ponto também advém de um paradigma que os pioneiros traçaram: analisar a sociedade como um todo, e não somente alguns dos seus aspectos. Interessante é notar que, para isso, a observação participante é infinitamente mais adequada do que uma entrevista, por exemplo, posto que a primeira obriga o pesquisador a situar e contextualizar os “dizeres”, enquanto que a segunda pode mascará-los, despertando no entrevistado pensamentos que ele não formaria espontaneamente.

Ainda a respeito da prática de campo, Clifford argumenta que a observação participante pode não ser adequada como caminho para a compreensão, devendo ser reinterpretada de acordo com a experiência:

A observação participante é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre **experiência e interpretação**. (CLIFFORD, 2002, pp.33-34 – grifo nosso).

Segundo este autor, nos anos mais recentes, tem havido um deslocamento da ênfase da experiência para a interpretação, mas apesar disso, admite ele, “*a experiência do pesquisador pode servir como uma fonte unificadora da autoridade no campo*” (CLIFFORD, 2002, pp. 34).

A “experiência” tanto pode ser pontual, de uma presença num determinado evento, quanto cumulativa, a soma de todas as “experiências” que se viveu (etnográficas ou não). E, obviamente, há uma grande subjetividade em como a mesma experiência pode ser encarada por diferentes indivíduos. Firth, por exemplo, fez da sua experiência etnográfica um caminho para que ele

⁴ Como Durkheim, Lévi-Strauss, Edmund Leach e Clifford Geertz, por exemplo.

estranhasse mesmo o que lhe parecesse próximo. Na sua obra sobre os Tikopia, ele descreve as expressões

‘gu gu ga ga’ como se ouvisse pela primeira vez os sons emitidos por um bebê. [Firth] quer relatar cientificamente o que viveu e observou entre os Tikopia; passar a dimensão total de sua experiência etnográfica – etnografia significa agora, literalmente, **‘escrita da cultura por meio da experiência’** (GONÇALVES, 2000, p. 188 – grifo nosso).

Na mesma medida em que a experiência permite a estranheza, também possibilita o entendimento dos fatos através dela própria. Podemos fazer esta conexão pelo que Borges argumenta:

Sempre que nos encontramos diante de um objeto, só somos capazes de atribuir sentido ao mesmo porque lançamos mão de um terceiro elemento. Esse terceiro elemento, que nos serve como parâmetro, ou como modelo, se encontra necessariamente em um conjunto que não é o mesmo do objeto com que nos deparamos. (BORGES, 2003, p. 177).

Ou seja, precisamos sempre de uma “experiência” anterior para podermos formular um parâmetro. Podemos inclusive dizer que esse modelo é necessário tanto para quem escreve quanto para quem lê uma etnografia, e quando fazemos uma leitura, estamos lendo através da experiência do etnógrafo que escreveu o material. Como não poderia deixar de ser, o que chega até nós, como resultado de qualquer trabalho, traz muito da marca deixada pelo autor, pois afinal de contas, a etnografia é fruto da observação de um **sujeito** por outro **sujeito**, e não por uma máquina, impessoal, que vai simplesmente registrando as variadas atitudes do indivíduo. Ainda que não seja voluntário, a carga pessoal da vida de cada estudioso é deixada no seu texto, seja no vocabulário utilizado, seja na forma de construção das frases, ou no estilo textual adotado. Além disso, há sempre uma tradução, feita pelo autor, de “*o que ele viu*” para “*o fato que aconteceu*”, e não raro – em “Argonautas” (MALINOWSKI, 1984) tivemos isso, o texto da publicação só vem a ser escrito anos depois do autor ter coletado os dados, o que pode vir a incorporar na escrita os reflexos desse interstício de tempo na vida do autor.

Essa influência que o próprio pesquisador exerce na pesquisa, ainda que involuntariamente, vem sendo cada vez mais considerada. Com as mudanças pelas quais o mundo passou, após a consolidação da revolução industrial, as migrações, as guerras, a reorganização política das nações e a sua interdependência econômica, que é cada vez mais intensa, surgiram muitos questionamentos e teorias sobre a relação entre o etnógrafo e o *outro*, enquanto objeto de estudo. As sociedades se tornaram múltiplas, plurais, acolhendo vários *outros*, incluindo aí o próprio pesquisador. Houve uma “*homogeneização cultural*” (HALL, 2001), principalmente nas grandes cidades, e esse se constitui num dos pontos-chave para a etnografia nos dias de hoje. Não devemos ter polaridades pré-estabelecidas em relação ao estudo, por isso pode ser mais fácil etnografar o que nos é alheio e estranho, de quem não conhecemos nada ainda (BORGES, 2003).

Assumir uma postura de pesquisador, de etnógrafo, perante um objeto de pesquisa que não é *outro*, mas um semelhante a si mesmo, também demanda que o estudioso coloque toda a sua sensibilidade, experiências passadas e até sua intuição a favor da etnografia. É necessário questionar a si mesmo, fazendo uma “*auto-antropologia*”⁵, e utilizar o conhecimento a respeito da própria complexidade para resistir à tentação de generalizar ou simplificar o objeto de estudo (RAPPORT e OVERING, 2000). Essa generalização ou simplificação realmente pode acontecer, posto que será muito fácil assumir uma posição de compreensão imediata do que se está observando, quando se faz parte do contexto. Oliven, há algum tempo atrás, também sugeria que as diferenças existentes nessa situação permanecem escondidas, submersas no todo: “*...por trás daquilo que é considerado, de uma forma não-questionada, uma uniforme cultura de massa urbana, muitas diferenças se escondem...*”⁶.

⁵ O termo é de Marilyn Strathern (*apud* RAPPORT e OVERING, 2000).

⁶ OLIVEN, 1980, p.36.

Pesquisar na nossa própria sociedade, onde todos somos “nativos”, pode trazer algumas dificuldades. Será necessário, como dito antes, que não haja pré-conceitos a respeito do objeto de estudo, mas apesar disso, a experiência pessoal do pesquisador pode ser útil no reconhecimento de categorias que só emergirão após um período de estudos (impregnação); não obstante, isso poderá ocorrer de modos diferentes para cada situação estudada.

Em suma, não há “receita pronta” para uma etnografia; por mais que tenhamos métodos desenvolvidos (como Spradley, 1980), quanto mais nos aprofundamos no assunto, vemos que nem sempre há como aplicar todos ou mesmo parte desses métodos, colocados exatamente daquela forma. Acontece algo semelhante com os métodos da Avaliação de Desempenho do Ambiente Construído – por mais que programemos, nem sempre as coisas ocorrem da forma prevista – e além disso, cada objeto de estudo acaba requerendo observações próprias, quase que exclusivas dele. Como já mencionado anteriormente, as categorias vão emergindo da própria observação, não estão “prontas” para serem observadas. O que existe previamente é o conhecimento da teoria que o pesquisador pode possuir e que certamente necessitará, como ferramenta para sua análise. Nas palavras de Borges, há um

equilíbrio e inseparabilidade entre etnógrafo/objeto/teoria antropológica. Cada uma dessas ‘partes’ só existe e se afirma na medida em que as demais também se impõem. Na verdade, não se trata propriamente de partes, mas de um ‘tríptico’ chamado **etnografia**. (BORGES, 2003, p. 173 – grifo nosso).

Podemos depurar o conhecimento dessa ferramenta chamada “teoria”, considerando-a fruto da experiência adquirida por outros estudiosos (mas não necessariamente). Assim, mesmo quando a ferramenta de análise é a teoria, estamos usando mais uma vez a experiência, ainda que descrita por outros. Porém, é importante que seja dito, a experiência própria também ajudará a conformar a prática.

Segundo Rapport e Overing⁷, “... *nossa melhor metodologia é nossa experiência de nós mesmos*”. A etnografia pode (e talvez deva) ser objeto de (auto) reflexão; conhecer o *outro* é referenciar-se a si mesmo. Mas, para isso, não há como transcrever um método nos mínimos detalhes para que outra pessoa possa reproduzi-lo, porque o objeto de estudo vai ser outro, ou mesmo que não o seja, o pesquisador será, e com ele, serão outras visões de mundo, outras experiências, outras expectativas e até preconceitos. Enfim, o “tríptico” muda a cada objeto, a cada pesquisador, e com eles, os caminhos da própria pesquisa etnográfica. Tomar em consideração na etnografia o material humano que está **produzindo** a pesquisa pode ser um caminho para facilitar a compreensão entre as diferenças culturais dos diversos povos do planeta, estejam eles próximos geograficamente ou não. Em prol dessa compreensão, consideramos pertinente finalizar este texto com uma declaração de Caldera: “*É imperativo um processo de humanização da ciência, da técnica e das próprias humanidades para resgatar as diferenças culturais como testemunho de uma humanidade plural e um mundo verdadeiramente humano*” (CALDERA, 2003, p.358).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CALDERA, Alejandro S. A ética entre a mundialização e a identidade. In: SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 352-371.

⁷ RAPPORT e OVERING, 2000, p. 28. Tradução livre.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo (org.). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2002, p. 17-62.

GIUMBELLI, Emerson. **Para além do “trabalho de campo”:** reflexões supostamente malinowskianas. RBCS, vol. 17, nº 48 fevereiro de 2002.

GONÇALVES, Marco Antônio. Firth e os Tikopia: A etnografia como experiência. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, nº 57, julho de 2000, p. 185-191.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril (coleção Os Pensadores), 1984.

MAUSS, Marcel. **Introducción a la Etnografía**. Madrid: Istmo, c1967, 1979.

OLIVEN, Ruben G. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, G. (coord.). **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.23-36.

RAPPORT, Nigel; OVERING, Joanna. **Social and cultural anthropology: The key concepts**. London; New York: Routledge, 2000.]

SPRADLEY, James P. **Participant Observation**. New York : Holt, Rinehart and Winston, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOAS, F. **Race, Language and Culture**. New York: Free Press, 1966.

_____. **Antropologia cultural**. Organização e tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MAUSS, M. O ofício de etnógrafo, método sociológico. In: OLIVEIRA, Roberto C. (org.). **Marcel Mauss: Antropologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979, p. 53-59

STOCKING Jr., G. W. (ed). **The Shaping of American Anthropology 1883-1911: A Franz Boas Reader**. New York: Free Press, 1974.